

**CONCIDADE – CONSELHO DA CIDADE DE CAMPINAS
COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANO DIRETOR**

ATA DA 11ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 10.maio.2017

Horário: 16:00

Local: Sala Arquiteto Lobo (19º andar da Prefeitura)

PRESENTES: **Claudia H. Oliveira (Minha Campinas)**
Walquiria Sonati (Gabinete do Prefeito)
Gilberto Vicente de Azevedo Jr. (CIESP)
Maria Célia (Secretária executiva do CONCIDADE)
Tereza Cristina Penteado (Resgate Cambuí)
Jarbas Cardoso (CTI Renato Acher)
Rover (Diretor do Departamento e Gestor do Plano Diretor)

Convidados: **Carolina Baracat (Diretora na SEPLAN/Coordenadora no PD)**
Dr. Eduardo (Advogado que elaborou a minuta do Plano Diretor)
Érika (Equipe Técnica/Coordenadora do Plano Diretor)

Justificativas de Ausência: Giovanni Galvão (COMDEMA), Marcelo Caneppele (Assoc. Proprietários Vale das Garças)

Ausentes sem justificativa: todos os demais membros da comissão não indicados acima.

1. Carolina se apresentou, é diretora do departamento e está ajudando a construir a elaboração da nova proposta do Plano Diretor. Mencionou a importância do Concidade, como Conselho no acompanhamento da metodologia de participação social e propostas que estão iniciando. Explicou a dinâmica da Reunião de Participação a ser realizada no dia 13 de Maio, sábado, que será o dia todo no Salão Vermelho da Prefeitura, onde será apresentado a metodologia, cronograma e nova proposta.

2. Carolina falou sobre o processo participativo, as contribuições serão recebidas via site oficial do Plano Diretor, as pessoas poderão contribuir em cima do texto da minuta de Lei, ela explicou que terá um formulário para cada cidadão para fazer a contribuição e que a minuta de lei será separada artigo em item, para que a contribuição seja específica onde a pessoa quer fazer a inclusão, alteração ou remoção. Mencionou que não será usado papel e nem inclusões que não sejam via site, para facilitar a sistematização. Disse que ficarão computadores disponíveis nas Ars para receber as contribuições de moradores, no Paço Municipal o atendimento para isso será das 10h às 12h, 14h às 16h no Porta Aberta. As reuniões nas APGs contarão com 2 técnicos em cada terminal para anotar contribuições via site. As propostas serão recebidas até o dia 5 de junho e sistematizadas para apresentação no dia 20 de junho, início da reunião de fechamento do Plano Diretor. As reuniões nas APGs terão cartilhas com mapas do projeto de lei, no site do plano diretor estará disponível a partir do dia 15 com mapas em alta resolução.

3. Tereza colocou que o Plano Diretor está com propostas muito amplas e sem critérios claros, perguntou o que vai ter na nova proposta de minuta de lei, disse que os mapas tem que estar disponível e em boa resolução. Tem que ser mais explicado o Mapa, é importante fazer isso nas regiões das APGs, as pessoas tem dificuldade de entender o Mapa.

4. Carolina disse que manhã estará disponível a Cartilha e os mapas da minuta de forma solta no site, como anexos, e em alta resolução. Carolina prometeu arrumar o site de forma

mais clara, com minutas, propostas e mapas em uma única pasta. Disse que será disponibilizado canal por telefone para atendimento a partir do dia 15, os ramais são 0304, 0221, 0227. Será possível agendar um horário no plantão de dúvidas, o agendamento é feito por telefone, o agendamento será providenciado em até 3 dias após o pedido de horário.

5. Walquíria disse que grupo de cultura tem dúvidas em relação as definições das ZEPECs, e que é importante esclarecer informações como essas para o pessoal da Cultura.

6. Apresentação do Dr. Eduardo Ribeiro, ele está responsável pela análise jurídica da minuta do projeto, esclareceu que estão dando um olhar jurídico às frente ambientais, essa assessoria jurídica está vinculado à Secretaria de Planejamento Urbano.

7. Claudia perguntou ao Dr. Eduardo como tem sido o processo de elaboração da minuta, está sendo baseado em que argumentos.

8. Dr. Eduardo respondeu que a proposta tem sido baseada no caderno de subsídio, com base nas informações técnicas, eles fizeram lapidação para o projeto.

9. Claudia disse que tem dúvidas, que isso não está claro, pois todo o estudo feito que consta no Caderno de Subsídio da Prefeitura não indica aumento do perímetro urbano, pelo contrário, o conceito utilizado é de cidade compacta, que visa o adensamento.

10. Dr. Eduardo disse que a Macrozona de Expansão de Desenvolvimento Ordenado está sendo usada para não entrar em conflito com interesses, é uma forma de agradar a todos.

11. Walquíria explicou que a FUPAM usou um conceito, mas o setor imobiliário quer essa extensão do perímetro e mostra a necessidade da expansão dessas áreas, foram pedidos 140 ofícios para a expansão urbana.

12. Tereza: a resolução 25 fala da publicidade com ampla divulgação com antecedência de no mínimo de 15 dias, e vocês não estão cumprindo.

14. Rover respondeu que a cartilha que será colocada na Internet agora é para entender melhor, mas a divulgação foi feita no dia 28.

15. Tereza: desde 2014 estamos acompanhando isso, desde 2014 pedindo e discutido isso há muito tempo, o 42.b tem que ser explicado antes de qualquer coisa, tem que estar agora no projeto de lei o que vai ser feito.

16. Dr. Eduardo: 42b compõem o plano diretor, o Estatuto da Cidade diz que o município não precisa respeitar o 42.b e instrumentos previstos, EIV e outras proteções, envolve meio ambiente. Vai acontecer com a mesma dinâmica que a lei exige, existe uma estrutura jurídica que podemos fazer isso. Vamos começar a fazer estudo de viabilidade. Se vai ser aprovado ou não, não sabemos.

17. Tereza: o 42b não vai ser cumprido, tem um item no 42.b tem que ser definido agora, legislação que é ambígua. Quero os sete itens que eu sempre digo, porque não chega no cidadão essa discussão depois. Deixar uma área da cidade, que não vai ser regulada agora com o Plano Diretor, não existe lógica.

18. Walquíria: a maioria quer asfalto, Gargantilha é um exemplo. É rural, lá é APA que não pode asfaltar. Bombeiros não vai até lá.

19. Érica: bombeiros não vai porque não tem endereço, não é porque é rural. Dá para asfaltar sim, sabemos disso, é importante não confundir as pessoas. Estamos aqui para esclarecer.

19. Tereza: qual é a transparência nos estudos 42.b, já que o estudo é de interesse privado, onde está a transparência. Área rural estava protegida, vai ter um estudo que não vai passar pela transparência, isso tem que ser questionado. Isso nós vamos questionar, a sociedade não vai deixar passar. Todos falam da importância da área rural, caderno de subsídio fala disso, está tudo errado, faz estudo e depois não quer mais usar, aliás esse assunto só apareceu depois que saiu o nome dos protocolos, dos pedidos do aumento do perímetro.

20. Claudia pergunta sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo, se o Dr. Eduardo está elaborando também e se está sendo feita.
21. Dr. Eduardo responde que não está participando, mas ainda vai participar, depois do plano diretor provavelmente ela deve ser feita.
22. Encerramento da reunião, sem mais perguntas.

Nada Mais. Claudia Oliveira, coordenadora e relatora.